

MUDANÇA INSTITUCIONAL, CICLOS ELEITORAIS E LIBERDADE ECONÔMICA: EVIDÊNCIA EMPÍRICA PARA OS ENTES SUBNACIONAIS NO BRASIL.

Ítalo Fittipaldi¹

Vladimir Fernandes Maciel²

O processo eleitoral reduz o nível de liberdade econômica nos entes subnacionais? Para responder esta pergunta o trabalho em tela recorreu à uma base de dados em painel balanceado, abrangendo o período de 2003 a 2020, tendo os estados brasileiros como unidade de análise, e perfazendo um total de 468 observações. Utilizando diferentes métodos de estimação, o achado empírico da pesquisa contrariou parte da literatura empírica acerca do papel dos ciclos eleitorais sobre o crescimento do setor público - e por conseguinte sobre o nível de liberdade dos agentes econômicos. Nesse estudo encontrou-se evidência empírica de que os anos de eleição para o Executivo estadual eleva o nível de liberdade econômica nos estados brasileiros, quando mensurado pelo Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual, entre 0,20 a 0,42 pontos, devido a existências de regras fiscais reforçadas em anos eleitorais. Isso sugere que a elevação do grau de liberdade econômica passa pela vigência de regras fiscais de controle do gasto público.

Palavras-chave: Mudança institucional; liberdade econômica; ciclos eleitorais.

INSTITUTIONAL CHANGE, ELECTORAL CYCLES AND ECONOMIC FREEDOM: EMPIRICAL EVIDENCE FOR SUBNATIONAL ENTITIES IN BRAZIL.

Does the electoral process reduce the level of economic freedom in subnational entities? To answer this question, this paper adopts a balanced panel database, considering the period from 2003 to 2020, with Brazilian states as the unit of analysis, and making a total of 468 observations. Using different estimation methods, the empirical finding of the research contradicted part of the empirical literature on the role of electoral cycles on the growth of the public sector - and consequently on the level of freedom of economic agents. In this study, empirical evidence was found that election years for the state Executive increase the level of economic freedom in Brazilian states, when measured by the Mackenzie State Level Economic Freedom Index, between 0.20 and 0.42 points, due to the existence of reinforced fiscal rules in election years. This result suggests that the increase of the degree of economic freedom depends on the validity of fiscal rules to control public spending.

Keywords: Institutional change; economic freedom; electoral cycles.

1. Introdução

A busca pela compreensão do escopo e da latitude do Estado para a manutenção exitosa do funcionamento da democracia e de mercados livres tem sido temática recorrente nas ciências sociais aplicada (cf. REZENDE, 2019). O crescimento do papel do Estado em economias capitalistas vem gerando questionamentos acerca do grau de eficiência da ação estatal - *falhas de governo* - para além de suas funções alocativas tradicionais, voltadas basicamente à oferta

¹ Professor do Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Líder do Núcleo de Pesquisa Aplicada em Políticas Governamentais (NPGOV) da UFPB.

² Coordenador do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica. Professor do Mestrado Profissional em Economia e Mercados da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

de bens públicos (cf. KRUEGER, 1990). Se, por um lado, parte da literatura reconhece a necessidade da intervenção estatal para a geração de certos níveis de bem-estar coletivo (cf. DORLACH, 2021; SIREN, 2021; CARD e KRUEGER, 2000), por outro, estudos apontam a expansão dos governos – via gastos públicos e/ou déficits orçamentários – como vetor de comprometimento do crescimento econômico e do bem-estar agregado (cf. TODOROVA, 2019).

Nesse quesito, mudanças institucionais – *i.e.* alterações no grau de intervenção estatal – encontram explicações, dentre outras, na interação entre a oferta de políticas públicas por parte do governo e o retorno eleitoral das diferentes configurações de *policies*. A clássica abordagem de Downs (1957), aliada à não menos tradicional argumentação de Tufte (1978), Nordhaus (1975), junto com os trabalhos de Gootjes, Haan e Jong-A-Pin (2021), Alesina, Carloni e Lecce (2012), Alesina e Tabellini (2005), conduzem o foco analítico das mudanças institucionais para o processo eleitoral. Nesses modelos, a expansão estatal, mediante diferentes padrões de tributação e gasto público, bem como regulamentação de mercados, tem o objetivo de equilibrar as preferências do *eleitor mediano* com a oferta de políticas públicas produzidas pela burocracia estatal, visando ganhos eleitorais.

A conexão entre expansão do Estado e processo eleitoral, e os efeitos deletérios derivados dessa associação sobre a estabilidade macroeconômica, fez emergir um conjunto de regras fiscais com a finalidade de mitigar a tendência expansionista do setor público (cf. GOMEZ-GONZALEZ, VALENCIA e SÁNCHEZ, 2022; BADINGER, 2009).

Essa agenda de pesquisa passou a incorporar governos subnacionais em suas abordagens (cf. FOREMNY *et. al.* 2018; ORAIR, GOUVÊA e LEAL, 2014; AIDT, VEIGA e VEIGA, 2010). Contudo, boa parcela dos trabalhos empíricos restringem a dimensão *mudança institucional* à variabilidade do gasto governamental no tempo, deixando lacunas analíticas sobre o crescimento do setor público que contemplem formas de intervenção estatal para além da despesa pública, como a regulamentação. Objetivando contribuir com literatura empírica sobre o tema, este artigo incorporou um indicador multidimensional como *proxy* para “mudança institucional” nos governos estaduais brasileiros no período de 2003 a 2020. Afinal, *qual o efeito dos ciclos eleitorais (eleições para governador) sobre a dinâmica econômica privada dos entes subnacionais?*

Para responder a essa questão de pesquisa o presente artigo foi dividido em cinco partes, além dessa introdução. A seção 1 consiste em uma exposição sinóptica da literatura que conecta ciclos eleitorais e mudança no papel do Estado. A seção 2 apresenta o indicador multidimensional de mudança institucional adotado nesse trabalho, a saber, o Índice de Liberdade Econômica dos Estados brasileiros (IMLEE). Por sua vez a seção 3 refere-se às características gerais do federalismo brasileiro, ao passo que a seção 4 exhibe a estratégia empírica adotada para o teste da hipótese de trabalho e os resultados dos modelos de estimação elaborados. Finalmente, a última seção do artigo apresenta as considerações finais do estudo.

2. Mudança institucional e ciclos eleitorais

O tamanho do Estado nas economias capitalistas vem exibindo uma trajetória ascendente – embora não linear - desde o Século XIX (cf. LINDERT, 2004). Alterações na configuração do escopo e das funções estatais marcaram o padrão de mudanças institucionais ocorridas mais intensamente desde a chamada revolução keynesiana, sendo o orçamento público, especialmente os gastos governamentais, e o arcabouço regulatório estatal, os principais vetores dessa alteração institucional. Esse avanço das atividades governamentais encontrou nos processos eleitorais sequenciados um mecanismo impulsionador do crescimento da intervenção estatal conforme destaca a literatura dos ciclos políticos, inaugurada com os seminiais trabalhos de Nordhaus (1975) e Tufte (1978).

A conexão entre expansão governamental – via gastos públicos – e o processo eleitoral abriu uma corrente analítica denominada de ciclos políticos orçamentários (*political budget cycles* – PBC), que identifica a ação intencional dos governos na ampliação da oferta de políticas públicas em troca de votos. A produção de *policies*, portanto, seria o vetor de equilíbrio com o retorno eleitoral das administrações públicas de plantão. O hoje clássico trabalho de Persson e Tabellini (1994), por seu turno, identificou que a oferta de políticas sociais compensatórias que elevam a tributação sobre o investimento e sobre atividades promotoras do crescimento econômico, prejudicam a expansão do PIB no tempo. Embora a conexão entre mudança institucional – *i.e.* expansão do gasto público resultante dos ciclos eleitorais - já havia sido estabelecida por Downs (1957), é com Rogoff e Sibert (1988) que ela incorpora os governos subnacionais como unidade de análise, ampliando sua aplicabilidade analítica para além das administrações públicas centrais.

A identificação desse nexos causal vem mostrando-se vigente mesmo sob regras fiscais de limitação da expansão orçamentária. Em trabalho que abarcou os maiores municípios espanhóis, entre os anos de 1994 a 2009, Benito, Bastida e Vicente (2013), concluíram que, embora os governos locais sejam limitados por regras orçamentárias, executam manobras fiscais para expansão dos gastos públicos em anos eleitorais. Por sua vez, a conexão entre o crescimento da intervenção governamental e as preferências coletivas subjacentes no voto foi identificado por Rösel (2017) ao analisar 427 governos locais na Alemanha, no período de 2000 a 2004. Segundo esse autor, o perfil ideológico dos governos locais implica em maiores déficits fiscais, quando partidos de esquerda estão no poder, do que quando grupos políticos de direita comandam o Executivo local.

Ademais, analisando a conexão entre gasto público (mudança institucional) e processo eleitoral no Brasil, Bueno (2021) encontrou evidências empíricas para a ocorrência de ciclos políticos orçamentários mediante políticas públicas de transferência direta de renda (Programa Bolsa família) e oferta de crédito habitacional (Programa Minha casa Minha Vida), nos municípios brasileiros, já que o cadastro dos beneficiados desses programas federais é estabelecido pelos governos municipais. Já o trabalho de Mancini e Tommasino (2023), identificou, mesmo sob a vigência de regras fiscais, a estratégia de *policy-makers* de municípios italianos, apoiando-se na informação incompleta dos eleitores acerca da composição do orçamento público concernente às despesas de capital, privilegiam os projetos mais ambiciosos e de maior retorno eleitoral.

Os ciclos eleitorais, portanto, parecem influenciar em alguma medida mudanças institucionais caracterizadas pelo grau de intervenção estatal. Ocorram tais alterações institucionais no âmbito do governo central e/ou no nível dos governos subnacionais, a conexão entre a expansão do setor público – via gasto público e/ou regulação – e o processo de escolhas coletivas subjacente ao mercado eleitoral, sugere que a expansão do setor governamental está vinculada, dentre outras coisas, à natureza do sistema político em vigor. O apelo eleitoral de políticas expansionistas seria o combustível para o crescimento do setor público e a concomitante redução – via processo de *crowding out*³ – do setor privado. Portanto, regras fiscais inibidoras do crescimento governamental traria, em geral, custos eleitorais proibitivos ao governo de plantão.

Alesina, Carloni e Lecce (2012), contudo, não encontraram evidências empíricas que amparem esse argumento. Analisando dados de países da OCDE no período de 1975 a 2008 – perfazendo 613 observações -, esses autores concluíram que existe uma relação reversa entre essas variáveis, onde, a implementação de redução do tamanho do Estado – via ajuste fiscal –

³ A referência ao efeito *crowding out* neste artigo limita-se ao resultado de encolhimento do setor privado mediante expansão do setor público. Tratando-se aqui de unidades de análise subnacionais, o canal de geração do referido efeito via política monetária, obviamente, não ocorre diretamente por este vetor nos estados. Contudo, foge ao escopo desse artigo uma análise acerca dos canais de geração do efeito *crowding out* no nível local.

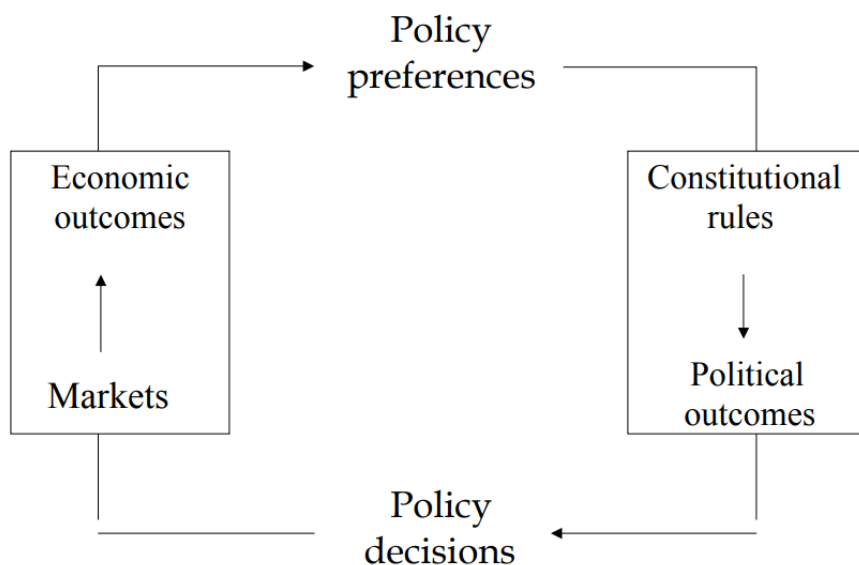
por governos fortes e populares conduzem à sua reeleição. Ou seja, a democracia *per se* não seria o vetor do crescimento do Estado. Por sua vez, em estudo recente, Vinturis (2023) encontrou evidências empíricas de que as regras fiscais reduzem significativamente o gasto público total, bem como o consumo do governo, contribuindo para a redução das mudanças institucionais ao conter o escopo das funções estatais. Além disso, esse autor identificou que o nível de desenvolvimento econômico influencia a forma como as regras fiscais afetam a despesa pública.

A literatura empírica referenciada, em boa medida, adota países como unidade de análise. Escassa são as pesquisas voltadas para o comportamento da expansão do setor público nos entes subnacionais e seu comportamento sob ciclos eleitorais locais. Para preencher esta lacuna analítica, acredita-se, duas etapas devem constituir o desenho da pesquisa, a saber, *i*) uma *proxy* para identificar a dimensão da intervenção do setor público, e, *ii*) captar uma possível associação entre eleições locais e variações na participação dos setores público e privado nessas economias subnacionais. Ou seja, como mensurar o nível dessa mudança institucional? E, em que medida os ciclos político eleitorais influenciam o grau de intervenção estatal dos governos estaduais brasileiros?

3. Mensurando a mudança institucional: o *Índice de Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual*

Na perspectiva da economia institucional, de acordo com o diagrama de Persson e Tabellini (2005) representado na Figura 3.1, as instituições têm reflexos indutores no desempenho econômico, pois determinam as decisões de política pública. Todavia, o desempenho econômico, ao longo do tempo, pode causar alterações institucionais na medida que altera preferências políticas. Nessa causalidade recíproca, instituições (“regras do jogo”, como definido em North, 1990) afetam os mercados, porém o desempenho dos mercados também afeta as instituições.

Figura 3.1
O processo de formulação de políticas públicas



Fonte: Persson e Tabellini (2005, p.9)

Na literatura especializada, entende-se que instituições que promovam a liberdade induzam a inclusão dos agentes por meio do mecanismo de mercado, o que Robinson e

Acemoglu (2012) chamam de “instituições inclusivas”. Ou seja, quanto maior for a liberdade econômica, maior a existência de instituições inclusivas. A liberdade econômica é geralmente compreendida, como afirmam Bundă, Moise-Titei e Jaliu (2012, p. 79), como a “proteção aos direitos de propriedade e a liberdade de transacionar voluntariamente”.

Dito isto, a emergência de índices de liberdade econômica, especialmente o Economic Freedom of the World (EFW) e o Economic Freedom of North America (EFNA), ambos do Fraser Institute do Canadá, dá-se numa perspectiva institucional. O grande desafio metodológico é medir liberdade, particularmente, a liberdade econômica. No caso do EFW, a forma pela qual isso foi feito se deu pela tentativa de mensurar restrições à liberdade. Nas dimensões do índice isso significa: (i) o espaço que o governo ocupa na economia em detrimento do setor privado; (ii) as falhas em assegurar um Estado de Direito e os direitos de propriedade; (iii) os fatores que reduzem o poder de compra e a credibilidade da moeda; (iv) as restrições ao livre comércio de mercadorias e à movimentação de fatores produtivos; e (v) as restrições regulatórias sobre os mercados de crédito, de trabalho e sobre os negócios. Já no índice estadual, EFNA, as dimensões são (i) gastos do governo; (ii) tributação e (iii) regulação sobre o mercado de trabalho.

Neste sentido, os índices de liberdade econômica, são, portanto, índices que acabam por refletir as mudanças político-institucionais. Spindler, Vanssay e Hildebrand (2008, p. 198) argumentam que os componentes do índice de liberdade econômica “medem o grau de restrição imposto pelas ‘regras do jogo’ em vez dos resultados do jogo”.

Sobel (2017) utiliza o índice de liberdade econômica EFW como forma de medir a qualidade das instituições e das políticas. Ele aponta que declínios nas instituições estariam associados a uma queda na liberdade econômica e vice-versa. Desse modo, o autor estabelece que, no intervalo entre os anos 2000-2013, uma mudança institucional seria representada por uma variação abaixo ou acima do intervalo de confiança de -0,261 a 0,328 na nota do EFW.

Nesta seção, apresentam-se o método e os critérios utilizados para mensurar a dinâmica econômica privada em nível subnacional por meio do Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual (IMLEE). O IMLEE é uma ferramenta na busca por compreender a liberdade econômica nos estados brasileiros. Ele foi lançado em 2017 e anualmente, no mês de novembro, é divulgado. Os dados do relatório corrente sempre possuem defasagem de dois anos, isto é, o relatório de 2022, por exemplo, é elaborado com dados de 2020.

Embora relativamente novo, o IMLEE foi calculado retroativamente e possui série histórica do indicador-síntese, das três áreas e das nove dimensões desde 2003. No momento de redação deste artigo, os dados disponibilizados abrangem o período 2003-2020.

Construção do Índice de Liberdade Econômica Estadual (IMLEE)

O IMLEE é uma métrica multidimensional que visa capturar os aspectos mais relevantes da liberdade econômica em nível subnacional. A construção do IMLEE se baseia em uma abordagem que integra diversas dimensões econômicas, permitindo uma avaliação abrangente do ambiente regulatório e das condições para a atividade empresarial em cada estado. Para tanto, Maciel *et al.* (2019) aplicam a metodologia do Fraser Institute aos dados brasileiros.

Seleção de Indicadores

Para a composição do IMLEE, foram selecionados um conjunto de indicadores que abrange áreas cruciais para atividade econômica privada, seguindo a lógica do Economic Freedom of North America (EFNA) desenvolvida em Stansel, Torra e McMahon (2016).

Os indicadores utilizados foram: consumo dos governos subnacionais em proporção da renda, transferências e subsídios como proporção da renda, seguro-desemprego e pensões como

proporção da renda, imposto de renda e contribuições sociais como proporção da renda, impostos sobre propriedade em proporção da renda, impostos sobre consumo como proporção da renda, legislação de salário-mínimo, emprego do setor público e densidade sindical. Maciel *et al.* (2019) explicam os detalhes sobre como são calculados cada um deles.

Esses indicadores foram agrupados em três diferentes áreas, a saber, gastos dos governos subnacionais, tributação e regulação do mercado de trabalho.

Coleta de Dados

Os dados utilizados para calcular o IMLEE são obtidos de fontes confiáveis e atualizadas, incluindo a Secretaria do Tesouro Nacional, a Secretaria de Receita Federal, os diários oficiais dos estados, a Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego. A coleta desses dados foi realizada ao longo desde 2003, permitindo a análise das tendências ao longo do tempo.

Normalização e Ponderação

Cada indicador foi normalizado. A normalização permitiu comparar os estados em uma escala comum (0 a 10). Cada área é calculada pela média simples dos indicadores normalizados (dimensões).

O indicador-síntese é computado para cada unidade da federação e é obtido pela média de igual ponderação entre as três áreas.

$$IMLEE = \frac{1}{3} \cdot A_1 + \frac{1}{3} \cdot A_2 + \frac{1}{3} \cdot A_3$$

Em que A1 é nota calculada da área gastos dos governos subnacionais, A2 é a nota calculada da área tributação e A3 é a nota calculada da área regulação do mercado de trabalho. Note-se que ao se ponderar igualmente cada área, subentende-se que todas elas afetam em mesma magnitude a liberdade econômica estadual.

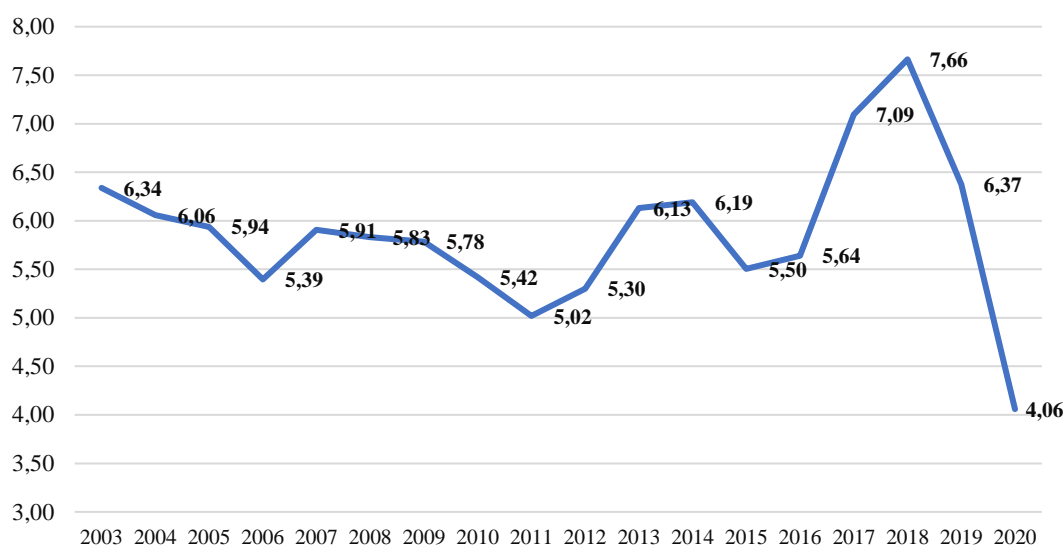
Interpretação do Índice de Liberdade Econômica Estadual

O IMLEE é uma ferramenta que possibilita a análise comparativa da dinâmica econômica privada entre os estados brasileiros. Quanto maior o valor do IMLEE, maior é o grau de liberdade econômica em um determinado estado. Na prática, o que o índice acaba medindo é o peso da atividade estatal no ambiente subnacional de negócios.

Essa métrica, de zero a dez, permite investigar empiricamente como as diferentes unidades da federação respondem a diferentes contextos econômicos e políticos, incluindo os ciclos eleitorais. O Gráfico 3.1 a seguir apresenta a evolução da média nacional do IMLEE entre 2003 e 2020.

Gráfico 3.1

Média nacional do Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual (2003-2020)



Fonte: Elaborado pelos autores.

A média nacional do Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual começou em um patamar mediano em 2003, com um valor de 6,34. Nos três anos seguintes (2004 a 2006), houve uma tendência de declínio na pontuação, indicando uma diminuição na liberdade econômica.

Em 2007, houve uma recuperação na pontuação, indicando um aumento na liberdade econômica. No entanto, essa recuperação foi seguida por um período de flutuações nos anos seguintes (2008 a 2010), onde a pontuação variou em torno de valores mais baixos (5,42 a 5,91), sem uma tendência clara de aumento ou diminuição.

A partir de 2011, a média nacional do índice começou a cair mais acentuadamente. Durante esses anos, a pontuação diminuiu de forma constante, indicando maior intervenção governamental na economia e menos liberdade econômica.

Entre 2014 e 2016, houve uma ligeira recuperação na média do índice, indicando um aumento na liberdade econômica após a queda observada nos anos anteriores. A partir de 2017, ocorreu um aumento notável na média do índice, atingindo um pico em 2018 com uma pontuação de 7,66. Isso sugere um período de maior liberdade econômica estadual nesses anos.

No entanto, esse período de aumento foi seguido por uma nova queda acentuada nos anos 2019 e 2020, indicando uma diminuição substancial na liberdade econômica nesse período – particularmente em 2020, ano de irrupção da pandemia de COVID-19.

Revisão da Literatura Empírica Internacional sobre Índices de Liberdade Econômica Estadual

A compreensão dos fatores que influenciam os índices de liberdade econômica em nível estadual é essencial para contextualizar e interpretar as descobertas de nosso estudo no contexto brasileiro. Nesta seção, apresentamos uma revisão da literatura empírica internacional que investigou os índices de liberdade econômica estadual, especialmente em países como os Estados Unidos, Canadá e México – cujos ambientes subnacionais foram pioneiramente mensurados pelo EFNA do Fraser Institute.

Os artigos pesquisados sugerem que a liberdade econômica em nível subnacional ou estadual está associada a maior crescimento econômico e a melhor desempenho do mercado de trabalho. Os estudos, majoritariamente, têm usado o índice de liberdade econômica estadual

como variável explicativa. Há apenas um estudo buscando explicar os determinantes da liberdade econômica estadual, ou seja, tratando-a como variável dependente

Ashby, Bueno e Martinez (2013), estudando a liberdade econômica dos estados mexicanos, concluem que estados com níveis mais elevados de liberdade econômica geralmente apresentam salários reais mais altos, enquanto estados com níveis mais baixos de liberdade econômica tendem a ter salários reais mais baixos. Além disso, o artigo oferece pontuações e classificações para os trinta e dois estados mexicanos com base em seus níveis de liberdade econômica. Embora as classificações tenham experimentado algumas variações ao longo do tempo, a análise revela que a relação global entre liberdade econômica e bem-estar permanece substancialmente sólida.

Bennet (2016) constatou que a liberdade econômica subnacional está associada a níveis mais altos de renda per capita, taxas mais baixas de desemprego e maior desigualdade de renda nas economias subnacionais dos Estados Unidos e Canadá.

Wiseman (2017) descobriu para os estados dos EUA que aumentos na liberdade econômica total estão associados a maiores taxas de crescimento de renda para os que estão entre os 90% com menor renda em comparação com os 10% com maior renda, além de uma relação negativa entre liberdade econômica e desigualdade de renda.

Já Stansel e Tuszynski (2018) revisaram a literatura e constataram que a liberdade econômica geralmente está associada a resultados positivos, como um crescimento econômico mais rápido, mas a relação é variada, incerta ou insignificante em alguns casos.

Sobel (2021), avaliando EUA, Canadá, México e Argentina, descobriu que o tamanho geográfico, a latitude, a idade da jurisdição e as origens legais afetam a liberdade econômica subnacional, mas os resultados variam dependendo da região. Ou seja, a liberdade econômica subnacional é influenciada por uma complexa interação de fatores políticos, geográficos e institucionais.

Lições para o Contexto Brasileiro

A partir da revisão da literatura internacional, podemos extrair algumas lições relevantes para o contexto brasileiro. Primeiro, maior liberdade econômica estaria associada a maior nível de renda per-capita subnacional, melhor desempenho do mercado de trabalho, porém maior desigualdade de renda. Não está claro se, nos dados brasileiros, esses fenômenos se repetem necessariamente da mesma forma.

Segundo, a interação entre políticas subnacionais e nacionais, bem como a complexidade das relações entre geografia, elementos políticos e institucionais, moldam a liberdade econômica dos entes subnacionais.

Justamente, por isso, nas próximas seções, serão avaliadas essas lições ao contexto brasileiro, considerando os ciclos eleitorais e a liberdade econômica nos estados.

4. O isomorfismo institucional do federalismo brasileiro e o IMLEE

A análise do Índice de Liberdade Econômica Estadual (IMLEE) brasileiros passa pela caracterização do arranjo institucional do federalismo no país. Oscilando entre menor ou maior autonomia dos entes subnacionais o federalismo no Brasil conduz há uma estrutura similar de formulação e implementação de políticas públicas – em grau de ajustamento à realidade local – ao processo de oferta de *policies* pelo governo central. A diversidade nas formas organizacionais que apontam para uma maior possibilidade de redução custos de transações – como na clássica análise de Tiebout (1956) sobre o federalismo norte-americano e opção do eleitorado – não é observada no caso brasileiro. O isomorfismo institucional, como descrito por

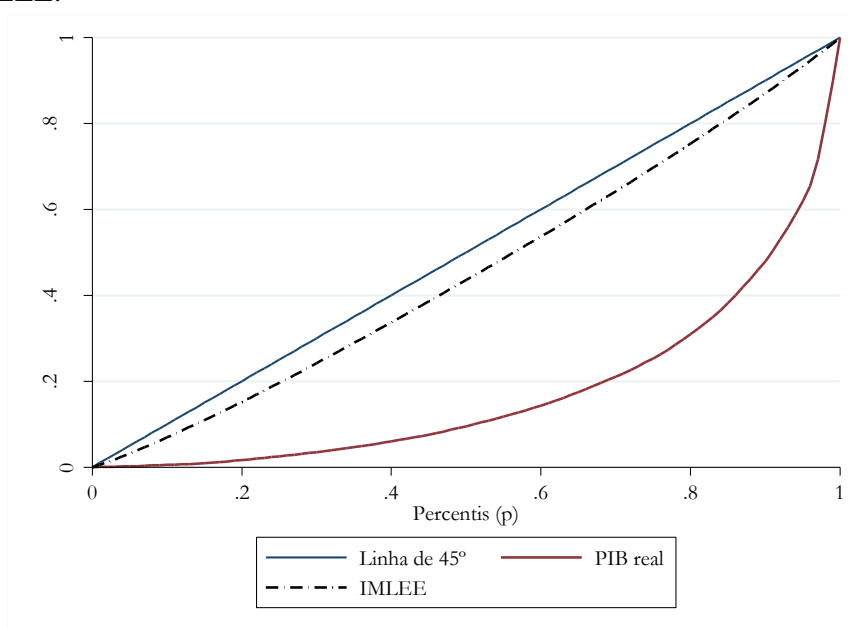
Powell e Dimaggio (1999), parece ajustar-se à realidade do federalismo no Brasil no tocante ao papel do setor público na oferta de bens coletivos e seu grau de intervenção estatal.

Observando o comportamento do IMLEE entre os estados, e em comparação à dimensão econômica de cada um desses entes subnacionais, fica evidente a natureza isomorfa do federalismo no país. Recorrendo à Curva de Lorenz para mapear as desigualdades do Produto Interno Bruto (PIB), a preços de dezembro de 2022, entre os estados brasileiros e o IMLEE, foi possível identificar que a grande assimetria econômica na geração de riqueza entre os estados não é acompanhada por uma assimetria similar no tocante à liberdade econômica nesses entes da federação. O Gráfico 4.1, a seguir, exhibe a linha vermelha onde é possível visualizar o elevado diferencial de PIB real entre os estados, mas a linha preta pontilhada do referido gráfico quase que se ajusta à linha de 45° da Curva de Lorenz, indicando uma insignificante diferenciação do IMLEE entre os estados.

Por sua vez, ao utilizar-se o Coeficiente Gini para o PIB real *per capita* dos 26 estados da federação, ao longo do tempo, e para a trajetória do IMLEE em igual período, observou-se que a desigualdade entre PIB *per capita* dos estados é, aproximadamente, 3,5 superior à assimetria observada no IMLEE estadual (*cf.* Gráfico 4.2). Ademais, quando se comparou o IMLEE para cada um dos 26 estados analisados foi possível identificar o mesmo padrão de trajetória no tempo conforme pode ser observado no Gráfico 3 a seguir. Em boa medida essa regularidade de trajetória temporal aponta para uma estrutura organizacional de intervenção estatal que transcende os diferenciais de geração de riqueza entre os estados, sugerindo que o isomorfismo institucional parece encontrar evidência empírica, ao menos para o caso do IMLEE e no período aqui analisado.

Gráfico 4.1

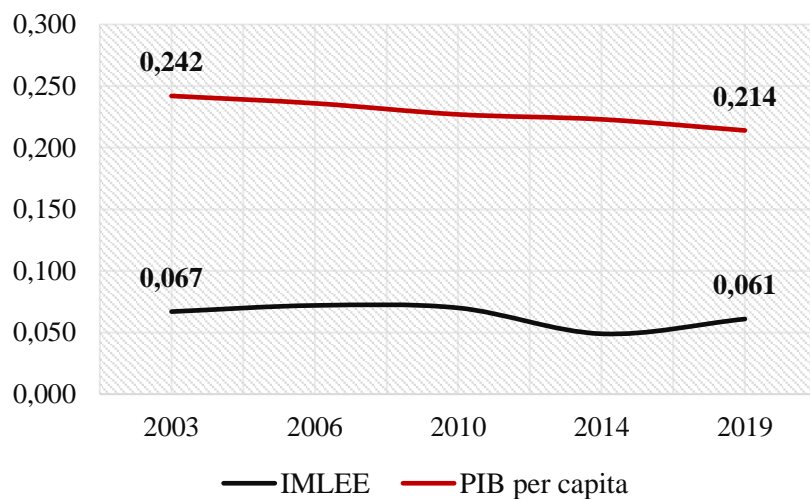
Curva de Lorenz do PIB real dos estados brasileiros e do Índice de Liberdade Econômica dos Estados - IMLEE.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 4.2

Trajетória do Coeficiente Gini para o PIB real *per capita* dos estados brasileiros e para o Índice de Liberdade Econômica dos Estados - IMLEE.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 4.3

Trajетória do Índice de Liberdade Econômica dos Estados - IMLEE.

Período: 2003 a 2020.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Regras fiscais e a limitação da ação do setor público

Esse isomorfismo institucional nos entes subnacionais no Brasil, em boa medida, parece decorrer do arcabouço regulatório acerca da gestão das finanças públicas. A introdução de princípios ancorados em uma lógica do “constitucionalismo financeiro”, aliada a tentativa de mitigação do uso da máquina governamental pelos gestores públicos de plantão com vistas à ganhos eleitorais, parece ter efeitos sobre o escopo da ação do setor público subnacional.

A trajetória temporal do IMLEE, senão apresenta crescimento ao longo da série histórica, por outro lado não exhibe redução do nível de liberdade econômica nos estados. O comportamento quase inalterado do IMLEE, quando confrontado com a literatura empírica sobre a evolução da mudança institucional subsumida na expansão temporal do crescimento do setor público – *i.e.* redução do setor privado -, sugere a atuação de mecanismos de retenção dessa tendência expansionista no caso dos estados brasileiros.

Regras fiscais vigentes no período de 2003 a 2020, bem como vedações à conduta de gestores públicos em anos eleitorais podem explicar o crescimento apenas incremental do setor público. Destarte, considerou-se neste trabalho como regra fiscal toda legislação que produz regramento acerca do comportamento das despesas públicas. Tais mecanismos regulatórios podem abarcar diretamente a proibição de gastos públicos como a contratação de créditos ancorada em receitas futuras. O Quadro 1 resume o conjunto de ao menos duas normatizações sob as quais os gestores públicos estão submetidos quanto ao processo de orçamentação no Brasil.

Quadro 1
Regras Fiscais Vigentes.

Regra Fiscal	Natureza	Objetivo
Lei 9.504/97.	Regramento para gasto público em anos eleitorais.	Limitação do gasto público.
Lei de Responsabilidade Fiscal / Lei Complementar 101/2000.	Normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.	Limitação do gasto público.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Essas regras fiscais foram incluídas ao modelo estatístico a ser estimação mediante a escolha do ano de eleição para governador como variável explicativa de interesse. Por apresentarem artigos que remetem especificamente aos anos eleitorais, a escolha do ano de eleição para o Executivo estadual incorpora no modelo esses regramentos.

5. Estratégia empírica

Para a estimação dos determinantes do comportamento do Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual (IMLEE) para os estados brasileiros no período de 2003 a 2020 utilizou-se uma base de dados estruturada painel. A série temporal utilizada abarcou 18 anos, ou seja, $T = 18$, com dados concernentes às 26 unidades da federação (exceto Distrito Federal). O painel de dados fortemente balanceado, portanto, foi composto de $T = 18$ e $N = 26$, perfazendo o total de 468 observações. Por sua vez, as variáveis selecionadas, explicativas e de controle, bem como a base teórica para as escolhas e a parametrização dessas variáveis, foram detalhados na Tabela 1.

Tabela 1
Variáveis Seleccionadas.

Variáveis	Parametrização	Tipo de Variável	Fonte dos Dados
<i>Dependente</i>			
IMLEE	Escala de 0 a 10, onde quando mais próximo da nulidade menor é a liberdade econômica naquela unidade da federação.	Contínua	Centro Mackenzie de Liberdade Econômica
<i>Variável de interesse</i>			
ELETGOV	<i>Dummy</i> = 1 para anos de eleição geral e 0 = para os demais anos.	Binária	TSE
<i>Controles</i>			
IDEOLOGIA	Partido no poder classificado pela escala entre -3 (extrema esquerda até 3 (extrema direita).	Escalar	Bolognesi, <i>et. al.</i> (2022)
PANDEMIA	<i>Dummy</i> = 1 para o ano de 2020 e 0 = para os demais anos.	Binária	OMS
LNPOPULAÇÃO	Logaritmo natural da população residente dos estados.	Contínua	IBGE
DESENV.ECONÔMICO	Logaritmo natural do PIB <i>per capita</i> dos estados no ano anterior.	Contínua	IBGE

Fonte: Elaborado pelos autores.

Isto posto, a relação causal esperada nos modelos de regressão e as bases teóricas que lastreiam a abordagem analítica do trabalho podem ser observadas conforme exposto no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2

Relações Causais Esperadas sobre a Variável Dependendo (IMLEE).

Variáveis Independentes	Relação Causal Esperada	Autores Seleccionados
IMLEE	Variável dependente	-
<i>Eleição para Governador</i>	-	Alesina e Paradisi (2017); Canes-Wrone e Park (2012); Shi e Svensson (2006); Peltzman (1980).
<i>Ideologia</i>	+	Bolognesi, Ribeiro e Codato (2022).
<i>Pandemia</i>	-	-
<i>População</i>	+	Barro (1998).
<i>Desenvolvimento econômico</i>	+/-	Celico e Rode (2023); Simões (2005); Fujita, Krugman e Venables (2002); Sen (2001).

Fonte: Elaborado pelos autores

Destarte, a hipótese de trabalho foi definida conforme segue:

$H_1 = O$ ciclo eleitoral (eleição para governador) reduz o Índice de Liberdade Econômica dos Estados brasileiros.

Ademais, por tratar-se de dados em painel realizou-se testes para a identificação da estacionariedade da série temporal da variável dependente IMLEE mediante análise estatística da existência de raiz unitária para dados em painel fortemente balanceado.

Testes de raiz unitária e de pressupostos

Foram realizados dois testes de raiz unitária para dados em painel balanceado, a saber, o teste de Levin-Lin-Chu e, como contraprova, o teste de Breitung. Em ambos os casos os testes foram realizados sem a inclusão da constante e da tendência, e a variável dependente IMLEE mostrou-se estacionária em nível, conforme pode ser observado a seguir, na Tabela 3.

Tabela 3
Testes de Raiz Unitária para Dados em Painel.

Teste	H_0	Tipo do Painel	Defasagens	Teste Estatístico	p -valor
Levin-Lin-Chu	Todos os painéis contêm uma raiz unitária.	Balanceado	0	-4.074	0.000
Breitung	Todos os painéis contêm uma raiz unitária.	Balanceado	0	-3.944	0.000

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: Os testes foram realizados sem a inclusão de constante e de tendência.

Foram realizados testes de pressupostos para dados em painel com as variáveis selecionadas para a modelagem estatística visando a obtenção de coeficientes consistentes na regressão. Os resultados dos testes – exibidos na Tabela 4 – apontam para a inexistência de multicolinearidade e heterocedasticidade na distribuição dos dados. Contudo, como esperado em dados de painel balanceado, detectou-se a existência de correlação serial de primeira ordem (a hipótese nula do teste de Wooldridge foi fortemente rejeitada).

Tabela 4
Teste de Pressupostos para Dados em Painel.

Multicolinearidade [!]	Heterocedasticidade ^{!!}		Correlação Serial ^{!!!}	
VIF (Média)	LM - Breusch-Pagan	$Prob > \chi^2$	Teste de Wooldridge	$Prob > F$
1.70	8.72	0.1208	84.27	0.000

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: [!] $H_0 = VIF > 10$; ^{!!} $H_0 =$ Os distúrbios não são heterocedásticos. ^{!!!} $H_0 =$ Não existe correlação serial de primeira ordem.

A modelagem estatística

A equação geral do modelo de dados em painel para estimação dos determinantes do comportamento do IMLEE foi definida como segue:

$$Y_{it} = \pi + X'_{it}\beta + \varepsilon_{it} \quad i \in \{1, 2, 3, \dots, N\}, \text{ e } t \in \{1, 2, 3, \dots, T\} \quad [1]$$

Onde π corresponde ao efeito aleatório ou específico (fixo) do indivíduo no modelo de regressão do painel de dados, X'_{it} sendo um vetor 1 x K da matriz de covariáveis, β um vetor K x 1 dos parâmetros a serem estimados e ε_{it} equivale ao erro idiossincrático. Por sua vez, a configuração das variáveis utilizadas e a estrutura dos modelos estimados, orientou-se pela manutenção do tenuous equilíbrio entre “princípio de Ockham” - evitando possíveis resultados “inflados” de ajustamento dos modelos pela quantidade de variáveis incluídas nas regressões - e a estratégia de mitigar o problema derivado da omissão de variáveis relevantes.

$$E(Y_{it}|\pi_i, X_{it}) = \pi_i + X'_{it}\beta \quad [2]$$

Assumindo:

$$E(\varepsilon_{it}|\pi_i, X_{it}) = 0 \quad [3]$$

Então, com base em [2], também é possível se obter um estimador consistente para o efeito marginal fornecido por $x_{j,it}$ variante no tempo, mesmo com os regressores sendo endógenos:

$$\beta_j = \frac{\partial E(Y_{it}|\pi_i, X_{it})}{\partial x_{j,it}} \quad j = j\text{-enésimo regressor} \quad [4]$$

Destarte, redefinido a equação geral [1], o modelo geral pode ser reescrito como:

$$Y^{IMLEE}_{it} = \delta_0 + X'_{it}\beta + \gamma_i + (a_i + u_{it}) \quad i \in \{1, 2, 3, \dots, N\}, t \in \{1, 2, 3, \dots, T\}, IMLEE \in \{1, \dots, Z\} \quad [5]$$

Teste de Hausman e Teste de Breusch-Pagan

Visando estimações robustas dos coeficientes de regressão - e a luz dos resultados dos testes de pressupostos exibido na Tabela 4 - realizou-se o teste de Hausman e o teste Breusch-Pagan para selecionar entre modelo de *efeito fixo* ou modelo de *efeito aleatório*. Contudo, em razão da discrepância observada nesses testes (*cf.* Tabela 5), optou-se por estimar os coeficientes das regressões por diferentes técnicas para dados em painel, com a utilização de erro padrão robusto para *cluster* das unidades da federação, relaxando assim a hipótese de o termo de erro das estimações ser independente e identicamente distribuído (*i.i.d.*), mitigando o problema de correlação serial das estimações (viés de heterogeneidade).

Tabela 5
Teste de Hausman e Teste Breusch e Pagan.

Teste	H_0	χ^2	Prob> χ^2	Indicação
Hausman	Não há diferença sistemática entre os coeficientes.	20.35	0.000	Efeito fixo
Breusch-Pagan (Multiplicador Lagrange)	Não há variância no termo de erro entre as unidades de análise.	171.19	0.000	Efeito aleatório

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 2
Métodos de Estimação Selecionados.

Método	Formalização
Efeito Fixo (EF)	$Y_{it} = \pi + X'_{it}\beta + \alpha_i + \varepsilon_{it}$
Efeito Aleatório (EA)	$Y_{it} = X'_{it}\beta + (\alpha_i + \varepsilon_{it})$
Primeira Diferença (PD)	$(Y_{it} - Y_{i,t-1}) = (X_{it} - X_{i,t-1})'\beta + (\varepsilon_{it} - \varepsilon_{i,t-1})$

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Cameron e Trivedi (2009).

Considerando os diferentes métodos de estimação adotados, a equação geral do modelo, definida em [5], pode ser escrita com a inclusão das variáveis que constituíram o modelo de estimação nos diferentes métodos de regressão adotados, como:

$$Y_{it}^{IMLEE} = \delta_0 + \beta_1 ELETGOV_{it} + \beta_2 IDEOLOGIA + \beta_3 PANDEMIA^{2020} + \beta_4 LNPOP_{it} + \beta_5 DESEN.ECONÔMICO_{it-1} + \varepsilon_{it} \quad [6]$$

Onde Y_{it}^{IMLEE} é o Índice de Liberdade Econômica Estadual (IMLEE), do estado i no ano t , $ELETGOV_{it}$ consiste em uma variável *dummy* para os anos de eleições para governador no estado i no ano t , ou seja, para os anos de 2006, 2010, 2014, e 2018. Por sua vez, $IDEOLOGIA$ refere-se à escala que classifica o partido político do governador no ano eleitoral entre -3 (partido de extrema esquerda) e 3 (partido de extrema direita); $PANDEMIA^{2020}$ é uma variável *dummy* para o ano de 2020; $LNPOP$ consiste no logaritmo natural da população estado i no ano t . Já $DESEN.ECONÔMICO_{it}$ refere-se ao logaritmo natural do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, a preços constantes de 2022, do estado i no ano $t-1$; ou seja, considerando Celico e Rode (2023), incorporou-se ao modelo o nível progresso do PIB *per capita* (i.e. o ano anterior) como *proxy* do desenvolvimento econômico e seus efeitos sobre o ano corrente. Já o termo ε_{it} diz respeito ao erro aleatório das estimações. Por seu turno, as letras gregas na equação [6] correspondem aos parâmetros a serem estimados.

6. Os resultados das estimações

A Tabela 6 a seguir exibe o perfil dos dados das variáveis selecionadas que compuseram o modelo de estimação elaborado neste trabalho. É possível observar que se trata de uma base de dados em painel fortemente balanceado onde, apenas a variável de controle *DESEN. ECONÔMICO*, por ser incluída no modelo com uma defasagem, registra a perda de informação referente ao primeiro ano da série histórica.

Tabela 6
Estatística Descritivas das Variáveis Selecionadas.

Variáveis	Observações	Média	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo	Omissão
<i>IMLEE</i>	468	5.86	0.987	8.92	2.69	0
<i>ELETGOV</i>	468	0.94	0.229	1	0	0
<i>IDEOLOGIA</i>	468	0.714	1.748	3	-2	0
<i>PANDEMIA</i>	468	0.06	0.229	1	0	0
<i>LNPOP</i>	468	15.30	1.064	17.65	12.78	0
<i>DESEN. ECONÔMICO</i>	467	3.31	0.441	4.21	2.12	1

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os resultados das estimações não encontraram evidência empírica para a hipótese de trabalho H_1 . Em todos os métodos de regressão destacados na Tabela 7, a seguir, a variável de interesse (*ELETGOV*) exibiu o sinal positivo e mostrou-se estatisticamente significativa ao nível de 0,01%. Com isso, é possível afirmar que, em média, o ano de eleições para governador, ao conter os gastos públicos, eleva o Índice de Liberdade Econômica dos Estados (IMLEE) entre 0,20 e 0,25 pontos, quando isolamos o ano de 2020 (*PANDEMIA*) e o nível populacional (*LNPOP*) das unidades da federação.

Assim, é possível que as regras fiscais vigentes em anos eleitorais – notadamente a Lei de Responsabilidade Fiscal e a legislação eleitoral (Lei Nº 9.504/97) - ao limitarem a capacidade de expansão das atividades governamentais via despesa pública, gerem, *ceteris paribus*, mais autonomia para os agentes econômicos privados em sua alocação de seus recursos.

Tabela 7

Resultado das Estimações (*variável dependente*: Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual - IMLEE).

Variáveis	Métodos de Estimação		
	EF	EA	PD
<i>ELETGOV</i>	0.200*** (0.050)	0.249*** (0.048)	0.206*** (0.046)
<i>IDEOLOGIA</i>	0.017 (0.023)	0.019 (0.026)	-0.021 (0.041)
<i>PANDEMIA</i>	-2.149*** (0.140)	-1.873*** (0.169)	-2.336*** (0.197)
<i>LNPOP</i>	2.675* (1.036)	-0.011 (0.082)	2.091* (0.929)
<i>DESEN. ECONÔMICO - PIB per capita (L.1)</i>	-1.132 (0.250)	0.090 (0.164)	0.261 (0.180)
<i>CONSTANTE</i>	34.557*** (0.772)	5.776*** (0.551)	-
Observações	467	467	441
<i>Estatística F</i>	108.03	280.79	57.98
<i>Prob. > F</i>	0.000	0.000	0.000
<i>R²ajustado</i>	0.287	-	0.357
<i>Within</i>	0.295	0.256	-
<i>Between</i>	0.018	0.021	-
<i>Overall</i>	0.001	0.205	-

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: Erro padrão robusto entre parênteses. **p*-valor<5%; ***p*-valor<1%; ****p*-valor<0,01%.

Por sua vez, a variável *IDEOLOGIA* não se mostrou estatisticamente significativa em nenhum dos métodos empregados na pesquisa. Embora tenha apresentado o sinal esperado nos métodos de Efeito Fixo (EF) e de Efeito Aleatório (EA), não exibiu o mesmo sinal quando submetida ao método de Primeira Diferença (PD). O padrão ideológico do governo estadual de plantão, é possível concluir, não influencia o nível do IMLEE. Esse resultado da variável *IDEOLOGIA*, acredita-se, decorra das características intrínsecas da dinâmica partidária e dos grupos políticos locais – *e.g.* o personalismo e as oligarquias regionais –, descaracterizando a identificação de um padrão ideológico definido, o que encontra base teórica em Pereira (2020) e Zucco Jr. (2011).

Já a inclusão do ano pandêmico de 2020 como variável de controle mostrou-se uma boa estratégia de modelagem. Em todos os métodos considerados na Tabela 7 a variável

PANDEMIA apresentou robustez estatística e com o sinal esperado de efeito de redução sobre o IMLEE. Chama atenção a magnitude do efeito desta variável sobre a liberdade econômica, gerando redução em torno de dois pontos naquela Índice. O grau de intervenção governamental em âmbito federal em um ano atípico de pandemia explica, em grande medida, o resultado da queda do IMLEE em 2020 em todos os estados da federação.

Outra variável que se mostrou um bom controle na modelagem elaborada foi a *LNPOP*. Tanto no método de EF quanto no método de PD o nível populacional das unidades da federação exibiu robustez estatística ao nível de 5%, com o sinal esperado em relação à variável dependente. Isso parece sugerir que o contingente populacional, e por extensão o estoque de capital humano existente nos estados, tem efeito positivo no nível de liberdade da atividade dos agentes econômicos privados, chegando a contribuir com o crescimento do IMLEE entre 2 a 2,6 pontos. Contudo, o mesmo resultado estatístico não é obtido quando empregado o método de EA. Neste, além de não exibir significância estatística a variável *LNPOP* exibiu sinal contrário ao esperado. É possível que ao não contemplar variáveis não observadas, mas invariantes no tempo – característica do método EA -, essas não observáveis dos estados tenham “descaracterizado” o possível efeito do nível populacional das unidades da federação sobre o IMLEE.

O comportamento da variável *DESN. ECONÔMICO*, tendo como *proxy* o PIB *per capita* defasado dos estados, não apresentou nível de significância estatística em nenhum dos métodos adotados. Esse resultado pode decorrer da configuração do PIB estadual, notadamente aqueles da região Nordeste. Nessa região a participação do setor público no Produto Interno Bruto dos estados é mais acentuada e, como os estados nordestinos representam 34,7% da amostra aqui utilizada, isto pode ter gerado um viés estatístico nessa variável de controle eliminando seus possíveis efeitos sobre a variável dependente. Outra explicação possível, e mais plausível, é que o PIB *per capita* não apresente um padrão de exogeneidade esperado.

Assim, considerando que as variáveis selecionadas podem exibir autocorreção serial não captadas pelo teste de Wooldridge realizado (cf. Tabela 4), e que alguns regressores do modelo não são exógenos, optou-se por efetuar as estimações por outro método. Recorreu-se ao Método dos Momentos Generalizados (*Generalized Method of Moments* - GMM) para painel dinâmico, utilizando o estimador de diferença Arellano-Bond, em dois estágios (cf. ARELLANO e BOND, 1991). Tal escolha ancora-se em Roodman (2009), que argumenta ser esta opção mais eficiente e robusta face a existência de heterocedasticidade e autocorrelação nos dados. Ademais, foi utilizada a *taxa de homicídios por 100.000 habitantes* de cada unidade da federal como variável instrumental, haja vista este indicador sinalizar a existência ou não de um ambiente favorável à atividade econômica lícita. O resultado da estimação dos parâmetros pode ser visualizado na Tabela 8 a seguir.

O resultado da estimação pelo método GMM não alterou a robustez estatística do comportamento da variável de interesse (cf. Tabela 8). Ao nível de 5% de significância rejeita-se a hipótese de trabalho de que a eleição para governador gera efeito negativo sobre o IMLEE, acompanhando aqueles resultados observados nas estimações por EF, EA e PD. Chama atenção, também, que a trajetória pregressa do Índice de Liberdade Econômica Estadual não influencia o comportamento contemporâneo dessa variável. O IMLEE defasado não apresentou significância estatística, sugerindo não haver tendência de redução desse indicador de liberdade econômica, no tempo.

Por seu turno, das variáveis de controle, *IDEOLOGIA* e *DESEN. ECONÔMICO*, repetindo os resultados apresentados nos métodos utilizados anteriormente, não apresentaram significância estatística, ao passo que *PANDEMIA* exibiu robustez ao nível de 1%. Já a variável de controle *LNPOP*, embora tenha exibido robustez estatística (p -valor < 1%), o efeito sobre o *explanandum* foi contrário ao esperado. A redução no número de observações pelo método Arellano-Bond – em razão da quantidade de instrumentos considerados para mitigar possíveis

problema de endogeneidade das variáveis - pode ter gerado esse efeito contraintuitivo dessa variável.

Tabela 8

Resultado das Estimações (*variável dependente*: Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual - IMLEE).

Variáveis	Coefficiente	Erro Padrão Robusto	Estatística <i>t</i>
<i>IMLEE</i> (L.1)	-0.456	0.358	-1.27
<i>ELETOV</i>	0.417*	0.177	2.36
<i>IDEOLOGIA</i>	0.088	0.201	0.440
<i>PANDEMIA</i>	-2.443**	0.617	-3.96
<i>LNPOP</i>	-58.964**	18.093	-3.26
<i>DESEN. ECONÔMICO</i> - PIB <i>per capita</i> (L.1)	11.454	5.871	1.95
N. de Observações			152
N. de Instrumentos			17
Estatística <i>F</i> <i>Prob>F</i>			28.20 0.000
Teste Arellano-Bond AR(1)			0.946
Teste Arellano-Bond AR(2)			0.171
Teste de Hansen			0.096
Teste de Sargan			0.097

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: **p*-valor<5%; ***p*-valor<1%; ****p*-valor<0,01%.

Em termos substantivos, os resultados das estimações sugerem que os controles fiscais vigentes em períodos eleitorais no Brasil propiciam um crescimento no nível de liberdade econômica. Em anos de eleição para o Executivo estadual, considerando todas as estimações efetuadas, observou-se um acréscimo médio entre 0,20 a 0,42 pontos no IMLEE. As regras sobre o comportamento da despesa pública em anos de eleição, portanto, têm evitado expansões no tamanho do setor público e possíveis efeitos de *crowding out* no nível subnacional.

Alinhando-se aos achados da literatura empírica apresentados em Alesina, Carloni e Lecce (2012) e em Vinturis (2023), para governos nacionais, encontrou-se evidência empírica que indicam que as regras fiscais vigentes no Brasil em anos eleitorais reconfiguram as mudanças institucionais concernentes ao escopo do setor público no nível subnacional, seja no

tocante à expansão direta do gasto governamental e/ou operações de créditos por antecipação de receitas.

7. Considerações finais

Esse artigo buscou contribuir com a literatura empírica sobre mudanças institucionais – aqui compreendida como alterações no escopo do setor público – no nível subnacional. Preenchendo uma lacuna na literatura acerca dos determinantes da dimensão do setor governamental nos estados brasileiros, recorreu-se à um índice composto de mensura a liberdade econômica nessas unidades da federação. Adotou-se o Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual (IMLEE) como *proxy* para identificar a dimensão da intervenção do setor público, sendo este indicador a variável dependente do modelo estatístico elaborado.

Formulou-se a hipótese de trabalho H_1 que de os anos de eleição para governador reduzem o nível de liberdade econômica nos estados brasileiros. Submetendo essa hipótese de trabalho à diferentes métodos de estimação não foi encontrada evidência empírica que corroborasse tal hipótese, ao menos para os estados brasileiros no período em tela.

Ou seja, em anos de eleição para governador, dada as regras fiscais que limitam as despesas públicas nesses períodos, o efeito dos ciclos eleitorais sobre o IMLEE é positivo e com robustez estatística. Assim, em anos de eleição para o Executivo dos estados, as estimações sugerem que ocorre uma elevação no nível de liberdade econômica nesses entes subnacionais.

Diante dessa evidência empírica para o caso dos estados brasileiros, entende-se que políticas públicas promotoras de maior grau de liberdade econômica passam, para além de outras ações, por iniciativas de restrição dos gastos públicos.

Referências Bibliográficas

AIDT, Toke S.; VEIGA, Francisco J.; VEIGA, Linda G. (2010). “Election result and opportunism policies: a new test of the rational political business cycle model”. *Public Choice*, vol. 148, pp.: 21-44.

ARELLANO, M. e BOND, S. (1991). “Some tests of specification for panel data: Monte Carlo evidence and an application to employment equations”. *Review of Economic Studies*, 58. pp.: 277–297.

ALESINA, Alberto e PARADISI, Matteo (2017). “Political budget cycles: Evidence from Italian cities.” *Economics and Politics*, vol. 29, issue 2, pp.: 157-177.

ALESINA, Alberto; CARLONI, Dorian e LECCE, Giampaolo (2012). “The Electoral Consequences of Large Fiscal Adjustments.” In: NBER - National Bureau of Economic Research *Fiscal Policy after the Financial Crisis*, Chapter 13, pp.: 531-570.

ALESINA, Alberto e TABELLINI, Guido (2005). *Why is Fiscal Policy Often Procyclical?* NBER - National Bureau of Economic Research, Working Paper n°. 11600.

ASHBY, Nathan J.; BUENO, Avilia; MARTINEZ, Deborah. (2015). “Economic freedom and economic development in the Mexican states”. *Journal of Regional Analysis and Policy*, v. 43, n. 1100-2016-90108, p. 21-33.

- BADINGER, Harold (2009) “Fiscal rules, discretionary fiscal policy and macroeconomic stability: an empirical assessment for OECD countries.” *Applied Economics*, 41:7, 829-847.
- BARRO, Robert J. (1998). *Determinants of Economic Growth*. Cambridge-MA: Massachusetts Institute of Technology Press.
- BENNETT, Daniel L. (2016). “Subnational economic freedom and performance in the United States and Canada”. *Cato Journal*, v. 36, p. 165.
- BENITO, B.; BASTIDA, F.; VICENTE, C. (2013). “Creating Room for Manoeuvre: a Strategy to Generate Political Budget Cycles under Fiscal Rules.” *KYKLOS - International Review for Social Science*, vol. 65, issue 4, pp.: 467-496.
- BOLOGNESI, B., RIBEIRO, E., & CODATO, A. (2022). Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 66(2), pp.: 1-31.
- BUENO, Natália S. (2021). “The Timing of Public Policies: Political Budget Cycles and Credit Claiming.” *The American Journal of Political Science*, vol. 6, issue 4, pp.: 847-842.
- BUNDĂ, Nicoleta Ramona; MOISE-ȚIȚEI, Adina; JALIU, Dragoș Dumitru. (2012) A new institutional approach of the complex correlation between economic freedom and economic growth. *European Journal of Science and Theology*, v. 8, n. 1, p. 75-84.
- CAMERON, A. Colin e TRIVEDI, Pravik K. (2009). *Microeconometrics using Stata*. Stata Press: College Station, Texas.
- CANES-WRONE, Brandice e PARK, Jee-Kwang (2012). “Electoral Business Cycles in OECD Countries.” *American Political Science Review*, vol. 106, pp.: 103-122.
- CARD, David, e KRUEGER, Alan B. (2000). “Minimum Wages and Employment: A Case Study of the Fast-Food Industry in New Jersey and Pennsylvania: Reply.” *The American Economic Review*, vol. 90, nº. 5, pp. 1397–420.
- CELICO, Andrea e RODE, Martin (2023). “Populism, Majority Rule, and Economic Freedom”. *Economic Freedom of the World: 2023 Annual Report*. Fraser Institute.
- DORLACH, Tim (2021). “The causes of welfare state expansion in democratic middle-income countries: A literature review”. *Social Policy Administration*, 55: pp.: 767– 783.
- DOWNS, Anthony (1957 [1999]). *Uma teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: Edusp. 1º edição em português.
- FOREMNY, D., FREIER, R., MOESSINGER, MD. (2018). “Overlapping political budget cycles.” *Public Choice*, issue 177, pp.: 1–27.
- FUJITA, M.; KRUGMAN, P. e VENABLES, A. J. (2002). *Economia Espacial: urbanização, propriedade econômica e desenvolvimento humano no mundo*. São Paulo: Editora Futura.
- GOMEZ-GONZALEZ, J.E.; VALENCIA, O.M.; SÁNCHEZ, G.A. (2022). “How fiscal rules can reduce sovereign debt default risk.” *Emerging Markets Review*, Vol. 50, Article 100839.

GOOTJES, B., de HAAN, J., & JONG-A-PIN, R. (2021). “Do fiscal rules constrain political budget cycles?” *Public Choice*, nº 188, pp.: 1-30.

KRUEGER, Anne O. (1990). "Government Failures in Development." *Journal of Economic Perspectives*, 4 (3): 9-23.

LINBERT, Peter H. (2004). *Social Spending and Economic Growth Since the Eighteenth Century*. Volumes I e II. Cambridge: Cambridge University Press.

MACIEL, V.F., GAMBOA, U.R., PORTILLO, J.A., & GHIZELLINI, M. (2019). “Brazilian States' Economic Freedom Index: Applying Fraser's Methodology for 2003–2016 Data”. *Quarterly Journal of Austrian Economics*, 22, 428-452.

MANCINI, Anna L. e TOMMASINO, Pietro (2023). “Fiscal rules and the reliability of public investment plans: Evidence from local governments.” *European Journal of Political Economy*, vol. 79, Article 102415.

NORTH, Douglass Cecil. (1990) *Institutions, institutional change, and economic performance*.

ORAIR, R. O.; GOUVÊA, R. R.; LEAL, E. (2014). *Ciclos políticos eleitorais e investimentos das administrações públicas no Brasil*. Brasília: IPEA (Texto para Discussão, nº 1999).

PELTZMAN, Samuel (1980). “The Growth of Government.” *The Journal of Law and Economics*, vol. 23, pp.: 209-287.

PEREIRA, Frederico Batista (2020). “Non causa pro causa: o voto de direita e esquerda no Brasil.” *Opinião Pública*, 26(2), pp.: 154–179.

PERSSON, Torsten; TABELLINI, Guido. (2005) *The economic effects of constitutions*. MIT Press.

POWELL, Walter W. e DIMAGGIO, Paul J. (1999). *El Nuevo Institucionalismo e el Análisis Organizacional*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica. Primeira edición em español.

REZENDE, Flávio da Cunha (2019). *Os Leviatãs Estão Fora do Lugar: democracia, globalização e transformações no papel do Estado (1990-2010)*. Recife-PE: Editora UFPE.

ROBINSON, James A.; ACEMOGLU, Daron. (2012) *Why nations fail: The origins of power, prosperity and poverty*. London: Profile.

ROGOFF, Kenneth e SIBERT, Anne (1988). *Elections and macroeconomic policy cycles*. *The Review of Economic Studies*, vol. 55, nº 1, pp.: 1-16.

ROODMAN, David (2009). “How to do xtabond2: An introduction to difference and system GMM in Stata.” *The Stata Journal*, vol. 9, nº 1, pp.: 86-136.

RÖSEL, Felix (2017). “The Political Economy of Fiscal Supervision and Budget Deficits: Evidence from Germany.” *Fiscal Studies – The Journal of Applied Public Economics*, vol. 38, issue 4, pp.: 641-666.

- SEN, Amartya [1999 (2001)]. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Ed. Record.
- SHIN, Min e SVENSSON, Jakob (2006). “Political budget cycles: Do they differ across countries and why?” *Journal of Public Economics*, vol. 90, issue 8-9, pp.: 1367-1389.
- SIMÕES, Rodrigo (2005). *Métodos de análise regional e urbana: diagnóstico aplicado ao planejamento*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, Textos para Discussão n°. 259.
- SIRÉN, S. (2021) “Is There Anything Left? The Politics of Social Spending in New Democracies”. *Governance*, n° 34, pp.: 67-86.
- SOBEL, R. S. (2017). The rise and decline of nations: the dynamic properties of institutional reform. *Journal of Institutional Economics*, 13(3), 549-574.
- SOBEL, R. S. (2021). *The Determinants of Subnational Economic Freedom: An Analysis of Data for Seven Countries with Implications for Optimal Jurisdiction Size*. Fraser Institute.
- SPINDLER, Zane A.; VANSSAY, Xavier; HILDEBRAND, Vincent. (2008) Using Economic Freedom Indexes as Policy Indicators: An Intercontinental Example. *Public Organization Review*, v. 8, p. 195-214.
- STANSEL, Dean; TORRA, José; MCMAHON, Fred. (2016). *Economic Freedom of North America 2016*. Vancouver: Fraser Institute.
- STANSEL, Dean; TUSZYNSKI, (2018). “Meg. Sub-National Economic Freedom: A Review and Analysis of the Literature”. *Journal of Regional Analysis & Policy*, vol. 48, n°. 1.
- TIEBOUT, C. M. (1956). “A pure theory of local expenditures”. *Journal of Political Economy*, n° 64, pp.: 416-424.
- TODOROVA, Tanya P. (2019). “Government Budget Balance and Economic Growth.” *Economy & Business*, vol., 13, pp.: 114-127.
- TUFTE, Edward (1978). *Political control of the economy*. Princeton/NJ: Princeton University Press.
- VINTURIS, Cezara (2023). “How do fiscal rules shape governments' spending behavior?” *Economic Inquiry*, vol. 61, issue 2, pp.: 322-341.
- WISEMAN, Travis. (2017). “Economic freedom and growth in US state-level market incomes at the top and bottom”. *Contemporary Economic Policy*, v. 35, n. 1, p. 93-112.
- ZUCCO JR., Cesar (2011). “Esquerda, Direita e Governo: A ideologia dos partidos políticos brasileiros.” In: POWER, T. e ZUCCO JR., *O Congresso por ele mesmo*. Belo Horizonte; Editora UFMG.